

# **Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos – Etapa 3**

**Resposta ao OF CBH-LN 06/2018 - Análise da Revisão 00 do  
Estudo de Impacto Ambiental**

Revisão 00

Junho/2018



**E&P**



---

## **ÍNDICE GERAL**

I – INTRODUÇÃO .....	1
II – ESCLARECIMENTOS .....	1



## ***I – INTRODUÇÃO***

Em 21 de maio de 2018 recebemos o OF CBH-LN 06/2018, no qual é apresentada a Manifestação do Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte (CBH-LN) sobre a análise da Revisão 00 do Estudo de Impacto Ambiental para a “Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos – Etapa 3”.

O presente documento responde as informações solicitadas no mencionado OF CBH-LN 06/2018.

## ***II – ESCLARECIMENTOS***

Visando facilitar a leitura do documento, os trechos do OF CBH-LN 06/2018 onde há questionamentos são transcritos em azul e as respectivas respostas em preto.

### ***ESCLARECIMENTO 01:***

*3- a) Considerando o histórico do processo de extração de óleo bruto, pode-se esperar que a separação de água e óleo nas plataformas e FPSO não seja 100% efetiva e que, algum volume deste efluente siga com o mesmo para os terminais aquaviários, onde deverão ser separados, tratados e descartados. Pergunta-se: qual o volume de água de produção remanescente no óleo bruto produzido no âmbito deste empreendimento, e destinado ao TASSE em São Sebastião, SP?*

**Resposta/Esclarecimentos:** As plantas de produção dos FPSOs do Projeto Etapa 3 serão especificadas para que o petróleo a ser exportado se mantenha dentro dos padrões exigidos para exportação, portanto sem que ocorra o aumento da vazão de água recebida e tratada pela ETEI do TASSE. Basicamente, além das águas decantadas de petróleo (BSW) e das águas geradas internamente e de alguns poços de produção, está previsto o recebimento apenas dos volumes de

água dos tanques de slop dos navios de transporte, representando vazões significativamente inferiores à capacidade da ETEI do TASSE.

O recebimento de petróleo do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos pelo TASSE irá ocorrer em substituição ao petróleo de outras fontes, dentro da capacidade atual do TASSE, portanto o volume de água total previsto, considerando o recebimento de navios de transporte de petróleo do Pré-Sal será igual ao normalmente praticado atualmente.

### **ESCLARECIMENTO 02:**

*3- b) Existe projeção do aumento do volume de 5,5 m<sup>3</sup>/s dos 13 DP ao longo dos 30 anos de vida operacional do empreendimento?*

**Resposta/esclarecimento:** As plantas de produção dos FPSOs do Etapa 3 foram projetadas para enquadrar a qualidade do petróleo a ser exportado, com quantidades mínimas de água emulsionada que não resultam em água livre que precise ser tratada no TASSE.

### **ESCLARECIMENTO 03:**

*3- c) Qual o volume e a composição química desta água de produção que eventualmente será destinada ao TASSE? Ela será compatível com a tecnologia do sistema de processamento da ETEI deste terminal? Gera demanda por investimentos adicionais, a exemplo do que ocorreu com a ETEI anterior, quando passou receber o petróleo da Bacia de Campos?*

**Resposta/Esclarecimentos:** Durante o recebimento de petróleo do Pré-Sal, o percentual de utilização da capacidade da ETEI será baixo, correspondendo apenas ao tratamento da água armazenada nos tanques de slop dos navios de transporte, águas decantadas de petróleo (BSW), águas geradas internamente e de alguns poços de produção, que apresentam volumes significativamente inferiores à capacidade nominal da ETE.

A salinidade da água presente na carga de petróleo é similar aos projetos da Bacia de Campos. Outros contaminantes da água também se encontram na mesma faixa do óleo recebido a partir dos empreendimentos da Bacia de Campos.

Não há risco de exceder a capacidade da ETE, com o aumento da fração de petróleo proveniente dos empreendimentos do Projeto do Etapa 3, pois as plantas de produção dos FPSOs do Etapa 3 foram projetadas para enquadrar a qualidade do petróleo a ser exportado, com quantidades mínimas de água emulsionada que não resultam em água livre que precise ser tratada no TASSE.

Portanto, não é necessária a readequação da ETE do TASSE com a necessidade de investimentos adicionais.

O aumento da produção e do escoamento de petróleo dos projetos da Etapa 3 respeitarão as atuais capacidades de recebimento e de tratamento de Efluentes do TASSE.

#### **ESCLARECIMENTO 04:**

*3- d) Que medidas mitigadoras e compensatórias estão previstas caso haja descarte de água de produção, volume e características físico-químicas danosas ao meio ambiente marinho junto das plataformas?*

**Resposta/Esclarecimentos:** No que diz respeito ao descarte de água produzida na água oceânica pelas unidades de produção previstas no âmbito do processo de licenciamento do Etapa 3, no item II.7 Medidas Mitigadoras e Compensatórias deste EIA, o Projeto de Monitoramento Ambiental (PMA) apresenta os dois subprojetos seguintes:

I - Projeto de Monitoramento do Corpo Receptor a 500 m das Plataformas que descartam água produzida na Bacia de Santos – PM500-BS.

II - Projeto de Monitoramento do Descarte de Água Produzida.

A Petrobras informa que para cada plataforma que descarta água produzida é implementado um projeto de monitoramento que visa identificar influências do descarte deste efluente no entorno das unidades de produção. Conforme apresentado no item II.7 Medidas Mitigadoras e Compensatórias deste EIA, o Projeto de Monitoramento Ambiental (PMA), que tem escopo proposto no âmbito dos demais empreendimentos já licenciados no Polo Pré-Sal, prevê o monitoramento do corpo receptor, através da avaliação do compartimento água e

a caracterização físico-química e ecotoxicológica da água produzida. O monitoramento da água do mar avalia se os parâmetros estão de acordo com os estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 357/05, com o intuito de verificar o retorno às condições de águas salinas classe 1 nos limites da zona de mistura estabelecida pela Resolução CONAMA nº 393/07 (raio de 500 m no entorno da plataforma).

Assim, dentre os objetivos específicos deste projeto, destacam-se:

- Monitorar os parâmetros físico-químicos e ecotoxicológicos da água do mar durante a operação dos empreendimentos do Etapa 3 com previsão de geração e descarte de água produzida, visando atendimento a Resolução CONAMA nº 393, de 08 de agosto de 2007, e enquadramento conforme Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005.
- Monitorar os parâmetros físico-químicos e ecotoxicológicos da água produzida descartada, também para atendimento a Resolução CONAMA nº 393, de 08 de agosto de 2007.

Dentro do subprojeto Projeto de Monitoramento do Corpo Receptor a 500 m das Plataformas que descartam água produzida na Bacia de Santos – PM500-BS, as amostras coletadas da água do mar serão analisadas em relação aos seguintes parâmetros:

- Salinidade
- Temperatura
- pH
- Oxigênio Dissolvido (OD)
- Carbono Orgânico Total (COT)
- Material Particulado em suspensão (MPS)
- Nitrogênio amoniacal
- Hidrocarbonetos Poliaromáticos (HPAs) – análise dos 16 HPAs prioritários com comparações com a CONAMA para Benzo(a)antraceno, Benzo(a)pireno, Benzo(b)fluoranteno, Benzo(k)fluoranteno, Criseno e Dibenzo(a,h)antraceno
  - Benzeno, Tolueno e Etil-Benzeno (BTE)
  - Fenóis



- Metais totais (As, Ba, Cd, Pb, Cr, Cu, Fe, Mn, Ni e Zn) e metais dissolvidos (Fe e Cu)
- Ecotoxicidade aguda e crônica.

Já no âmbito do subprojeto Projeto de Monitoramento do Descarte de Água Produzida, os seguintes parâmetros serão analisados na água produzida:

- Teor de óleos e graxas
- Compostos inorgânicos: As, Ba, Cr, Cu, Fe, Hg, Mn, V, Zn, Cd, Ni, Pb
- Radioisótopos: Rádio-226 e 228
- Compostos Orgânicos: Hidrocarbonetos poliaromáticos – HPA, Benzeno, Tolueno, Etilbenzeno e Xilenos (BTEX), Fenóis, Hidrocarbonetos totais de petróleo – HTP
- Complementares: Carbono Orgânico Total, pH, Salinidade, Temperatura, N Amoniacal Total

Ainda no âmbito do subprojeto Projeto de Monitoramento do Descarte de Água Produzida, também serão realizados testes de ecotoxicidade que têm como objetivo detectar e avaliar a capacidade inerente de substâncias ou agentes tóxicos em produzir efeitos deletérios em organismos vivos.

#### **ESCLARECIMENTO 05:**

*4- a) Qual a viabilidade prática de abastecimento por água mineral, e, a quantidade de água que será demandada para dessedentação e demais usos sanitários?*

**Resposta/Esclarecimentos:** A água mineral é armazenada e transportada em galões de 20 litros, sendo utilizada exclusivamente para dessedentação e preparo de alimentos.

A quantidade demandada está diretamente relacionada ao POB (*People On Board*), ou seja, quanto maior a tripulação embarcada, maior será o seu consumo. Das embarcações da UO-BS (Unidade de Operações de Exploração e Produção

da Bacia de Santos) os valores anuais de consumo deste tipo de água estão compreendidos entre 64,40 e 257,31 metros cúbicos.

Para o uso sanitário (banho, pia e descargas) é utilizada a água fornecida por concessionária e transportada por rebocador/embarcação de apoio, ou a água oriunda das unidades de dessalinização instaladas nas unidades offshore.

Os quantitativos de consumo destas águas doces estão diretamente ligados à capacidade de produção desta água a bordo, mas das unidades instaladas na UO-BS, o maior valor verificado em 2017 foi de 72.148,91m<sup>3</sup>.

O uso de água mineral para dessedentação se justifica pelo fato de não ser empregada a prática de recompor mineralologicamente uma água que passou por dessalinização para evitarmos qualquer possibilidade de uma contaminação afetar a saúde da tripulação.

#### **ESCLARECIMENTO 06:**

*4- b) Qual é o padrão de referência do controle de qualidade dessa água para uso humano? Preocupa-nos que a eventual ocorrência de problemas de intoxicação das tripulações poderá onerar o sistema de saúde dos municípios.*

**Resposta/Esclarecimentos:** Nas plataformas há três origens de água doce:

- Dessalinização via osmose reversa ou destilação a vácuo

Estas águas têm uso principalmente industrial, mas também podem ser utilizadas nos banhos e descargas nos vasos sanitários, assim como na limpeza da cozinha.

- Água enviada por rebocador

Em terra, no recebimento das concessionárias e na transferência para as embarcações de transporte, há um rígido controle de qualidade de potabilidade.

Esta água passa por análises químicas antes de sua transferência para os tanques de água doce das plataformas para verificar as possíveis contaminações durante seu transporte. Em caso de não atendimento aos padrões de qualidade, todo o lote é rejeitado.

A armazenagem desta água nos tanques de água doce das plataformas, assim como a da "água produzida na plataforma" e nos pontos de distribuição, também tem análises periódicas que utilizam a Portaria MS/ANVISA nº 2914-2011 e Portaria de Consolidação nº 5/2017 como referencial para a verificação de sua potabilidade.

Cabe lembrar que estas águas não são utilizadas para dessedentação humana, para a qual são utilizadas exclusivamente as águas minerais.

- Águas oriundas de galão

Tratam-se das águas minerais utilizadas exclusivamente para beber e no preparo dos alimentos, sendo embaladas em frascos de 20 litros. Seus laudos de potabilidade, que utilizam a mesma Portaria citada acima, são averiguados antes dos frascos serem embarcados. Periodicamente, alguns destes galões são enviados para análises químicas, a fim de verificar a qualidade expressa em seus rótulos.

#### **ESCLARECIMENTO 07:**

*4- c) Qual a origem desta água? Há possibilidade de o empreendimento consumir água proveniente das bacias dos municípios do LN?*

*d) Caso seja positiva a resposta, qual o consumo efetivo de água que o esperado aumento do número de atracções dos navios de alívio promoverá somadas às atuais demandas para fins sanitários, dessedentação, lastro, etc. do TASSE?*

**Resposta/Esclarecimentos:** As águas doces a serem fornecidas por concessionária terão como origem a CEDAE - Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro.

As embarcações de apoio para as atividades do Pré-Sal utilizarão como bases marítimas os Portos do Rio de Janeiro e de Niterói, não havendo previsão, portanto, de utilização do porto localizado no Litoral Norte de São Paulo.

### **ESCLARECIMENTO 08:**

*5- O CBH-LN considera as lacunas de informações apresentadas acima um aspecto preocupante acerca da qualidade das informações fornecidas pelo empreendedor em relação a produtos tóxicos a serem utilizados durante a operação de seu empreendimento. Ante a insatisfação destas informações, recomenda-se ao empreendedor a adoção de uma entre as duas soluções abaixo:*

*a) Alterar a especificação dos produtos acima relacionados, adotando produtos com testes de eco toxicidade considerando espécies indicadoras que ocorram na biota marinha da área de influência direta do empreendimento;*

*b) Realizar campanhas de testes em laboratórios credenciados para avaliar a eco toxicidade antes do início da implantação e operação do empreendimento, de modo a garantir que os mesmos não causarão danos ambientais graves à biota marinha.*

**Resposta/Esclarecimentos:** Este questionamento foi abordado anteriormente no processo de licenciamento da Etapa 2 do Polo Pré-Sal pelo IBAMA e por esse Comitê de Bacias Hidrográficas, tendo resultado em um plano de ação da Petrobras junto aos fornecedores dos produtos químicos adquiridos, o qual contemplou os seguintes itens:

- Elaboração das FISPQs em língua portuguesa com clareza textual e correta tradução de termos estrangeiros.
- Ordenamento dos itens como determinado na norma ABNT NBR 14725;
- Confecção das FISPQs por parte dos fornecedores responsáveis, e não por terceiros;
- Verificação de incoerências entre as informações apresentadas.
- Orientação quanto ao perfeito atendimento aos requisitos do item 12 com relação as informações de ecotoxicidade, biodegradabilidade e bioacumulação.

De modo a evidenciar o cumprimento ao plano de ação acima mencionado, as FISPQs (Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos) dos produtos utilizados na produção das unidades licenciadas no âmbito do processo de licenciamento do Etapa 2 vem sendo atualizadas e enviadas periodicamente para

apreciação do IBAMA por meio dos relatórios anuais de operação estabelecidos como condicionantes das Licenças de Operação de cada FPSO em operação.

#### **ESCLARECIMENTO 09:**

*11- No entendimento deste Colegiado, o Empreendimento em análise deve apresentar sinergia entre o Plano de Emergência Individual e o P2R2, pois apresenta mecanismos de prevenção de acidentes para produtos químicos perigosos, e também contribui para aprimorar o sistema de prevenção e resposta a emergências químicas no País. O Projeto Etapa 3 também deverá prever a elaboração de planejamento preventivo para evitar a ocorrência de acidentes com óleo, além de contribuir para o Mapeamento das Áreas de Risco de contaminação ambiental. Considerando que é desejável e oportuna a existência de sinergia entre o Plano de Emergência Individual (PEI) o P2R2, recomenda-se:*

*Que seja acrescentado ao PEI uma seção dedicada à integração e o fortalecimento do P2R2-LN, através de apoio e participação na elaboração deste último, e particular na formação de uma base de apoio para atendimento à emergências ambientais e capacitação e aquisição de materiais e equipamentos das instituições envolvidas e instalação de uma rede de comunicação para enfrentamento a emergências.*

**Resposta/Esclarecimentos:** O PEI e o Plano de Emergência para Vazamento de Óleo na Área Geográfica da Bacia de Santos (PEVO-BS) são planos estritamente operacionais, voltados para os incidentes previstos para as instalações sob seu escopo, conforme previsto na lei 9.966/00 e na resolução CONAMA 398/08. Desta forma a Petrobras entende que não faz parte do escopo destes planos qualquer tipo de medida administrativa, tal como a orientação para apoio ao P2R2.

Ressalta-se que a Petrobras não se exime em discutir formas de apoiar o P2R2-LN, somente indica que a formalização do apoio não ocorra através do PEI ou do PEVO-BS, uma vez que este tipo de ação não faz parte do seu escopo.

Cabe destacar que as unidades de produção previstas no Projeto Etapa 3, além de atenderem às normas, legislações e procedimentos operacionais aplicáveis,

também contam com planos de inspeções periódicas, programas de manutenção preventiva e corretiva, planos para capacitação técnica da força de trabalho, bem como estudos e avaliações de riscos, com o objetivo precípua de evitar a ocorrência de acidentes ao meio ambiente e às pessoas envolvidas nas atividades.

### **ESCLARECIMENTO 10:**

*12- Interface dos programas estaduais: o empreendedor menciona a existência de iniciativas tais como o P2R2, Agenda 21 do LN e Plano Estadual de EA com o projeto da Petrobrás.*

*Considerando que o CBH-LN possui em seu plano de bacia diretrizes para orientar ações de comunicação social voltada às iniciativas relacionadas acima, recomenda-se:*

*a) Que seja incorporado ao plano de comunicação social do empreendimento mensagens e informações relativas a estas iniciativas à população, e divulgadas na mídia com frequência;*

*b) Que o empreendedor, ao planejar e executar ação de comunicação social, consulte e articule a mesma com as diretrizes apontadas no Plano de Bacia Hidrográfica do LN, com o objetivo de promover campanhas de informação, sensibilização e conscientização da população fixa e flutuante com relação à conservação e recuperação da região, principalmente dos recursos hídricos*

*c) Ainda em relação à interface com políticas públicas e programas, recomenda-se que seja dada a devida atenção ao Zoneamento Ecológico e Econômico do Litoral Norte, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 62.913/2017, de 08.12.2017, como parte das políticas públicas paulistas, bem como considerar o Plano de Bacias Hidrográficas do LN, e o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos do LN.*

**Resposta/Esclarecimentos:** Seguem as respostas conforme a itemização dos questionamentos.

a) A Petrobras informa que o Programa de Comunicação Social Regional da Bacia de Santos (PCSR-BS) exigido no âmbito do licenciamento ambiental, aprovado e condicionado pelo Ibama, tem o objetivo de divulgar assuntos relacionados apenas aos empreendimentos de Petróleo e Gás da Bacia de Santos,

da Petrobras, assim como seus projetos condicionantes. Portanto não é permitido tratar de qualquer outro assunto nestes eventos, nem mesmo projetos desenvolvidos pela Petrobras no âmbito das seleções públicas (Responsabilidade Social)

b) Complementado o explicado no item acima, as ações de comunicação social previstas o Programa de Comunicação Social Regional da Bacia de Santos (PCSR-BS), aprovado pelo Ibama, variam de elaboração e distribuição de Boletim Informativo até realização de reunião pública, nominada “Rede Comunidade”. Tal reunião traz os assuntos de interesse da comunidade conforme resultado de diagnóstico realizado, no ano de 2016/2017. Outros temas podem ser abordados, porém se forem oriundos dos comunitários, ou participantes dos eventos do PCSR-BS.

c) A Petrobras informa que já tem como prática consultar e considerar os Projetos ou Programas que possuem interface com políticas públicas; seja Zoneamento Ecológico e Econômico do Litoral Norte, o Plano de Bacias Hidrográficas do LN, bem como o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos do LN. Tais documentos são fonte de consulta no âmbito do licenciamento, no que tange a elaboração do Estudo de Impactos Ambientais.

#### **ESCLARECIMENTO 11:**

*22- Recomenda-se que o empreendedor, no âmbito das ações de compensações socioambientais patrocine iniciativas como o projeto desenvolvido pelo Instituto Pólis, visando possibilitar o levantamento de dados e geração de indicadores do número de áreas e imóveis e a população de núcleos habitacionais subnormais (ou irregulares) dos municípios, respectivas áreas e localização em mapas. Também recomenda-se que o empreendedor, no âmbito das ações de compensações socioambientais, contribua com o financiamento de ações elencadas como prioritárias no Plano Plurianual de ações do Plano de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte 2016-2019 relacionadas principalmente com melhoria da estruturais de esgotamento sanitário e de manejo de águas pluviais urbanas, setores que vem sendo fortemente pressionados pelo aumento populacional da regional, o qual será intensificado pelo empreendimento proposto.*

**Resposta/Esclarecimentos:** A recomendação referente ao patrocínio de iniciativas de ações de compensações socioambientais será encaminhada à área de Responsabilidade Social (RS) da Petrobras, responsável pelo desenvolvimento dos projetos do Instituto Pólis, e também responsável pelos patrocínios que a Petrobras realiza. Cabe salientar a importância da CBH-LN submeter as propostas de projetos diretamente à área de RS para que sejam avaliadas no âmbito dos patrocínios oferecidos.

Com relação ao financiamento de ações elencadas como prioritárias no Plano Plurianual de ações do Plano de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte 2016-2019, a Petrobras entende a importância desta recomendação, porém a melhoria estrutural do esgotamento sanitário e do manejo de águas pluviais são obrigações do poder público e cabe a sociedade exigir que estes investimentos sejam aplicados. Para execução desta e de outras necessidades para atender às diversas demandas advindas do desenvolvimento dos municípios e Região, que fazem parte da área de influência dos empreendimentos ora licenciados, a ANP exige da Petrobras que sejam destinados royalties a estes Municípios, aos Estados e à União. O controle social desta receita é a ferramenta mais importante para que os órgãos públicos façam uso adequado destes investimentos.

#### **ESCLARECIMENTO 12:**

*24- Considera-se que o impacto da interferência com a atividade pesqueira é MÉDIA.*

*Como medidas compensatórias recomendam-se:*

*a) que o empreendedor execute a ação prioritária do Plano de Bacia Hidrográfica do LN "Integrar as ações e experiências em agroecologia nas UGRHI5 da vertente litorânea.", prevista na ficha V.9 (Anexo 1), que prevê Desenvolver estratégias de boas práticas de manejo das atividades agropecuárias visando o aproveitamento sustentável dos recursos hídricos continentais e marinhos, e identificar, diagnosticar e sistematizar as condições dos criadouros de organismos marinhos.*

*b) Fornecendo subsídios para que os dependentes da pesca tenham uma segunda opção para geração de renda.*



**Resposta/Esclarecimentos:** A Petrobras entende a importância destas iniciativas e por isso compreende o porquê do CBH-LN recomendá-las, porém acredita que, o que cabe a empresa dentro desta recomendação seria "desenvolver estratégias de boas práticas visando o aproveitamento sustentável dos recursos hídricos marinhos", uma vez que as interferências das atividades dos empreendimentos recaem nos pescadores artesanais. Este grupo social vem sendo trabalhado no âmbito do Projeto de Educação Ambiental da Costa Verde (condicionante de diversos empreendimentos da Petrobras, inclusive Etapas 1 e 2 do Pré Sal), no qual se busca a emancipação e protagonismo deste grupo, que de forma participativa decidem as prioridades a serem trabalhadas no âmbito do projeto.

O projeto iniciado em julho de 2016 passa pela sua primeira fase, que tem duração de 42 meses, e já na próxima fase será possível estabelecer projetos estruturais, como os referentes à geração de trabalho e renda. Portanto, estas recomendações do CBH LN podem ser plenamente atendidas desde que sejam as prioridades dos pescadores, cabendo inclusive identificar, diagnosticar e sistematizar as condições dos criadouros de organismos marinhos, se for o caso.

### **ESCLARECIMENTO 13:**

*24- b) A comprovação do cumprimento efetivo das compensações dos empreendimentos anteriores - Mexilhões e da Etapa 1 do Pré-sal, pertinentes à nossa região.*

**Resposta/Esclarecimentos:** A comprovação do cumprimento efetivo das compensações anteriores na região (Duto de Mexilhão) se encontra disponível ao público no site [www.comunicabaciadesantos.com.br](http://www.comunicabaciadesantos.com.br) através do relatório de finalização do PAPP do duto de Mexilhão, no âmbito do atendimento de condicionantes da UO-BS. (<https://www.comunicabaciadesantos.com.br/programa-ambiental/plano-de-compensacao-da-atividade-pesqueira-pcap.html>).

#### **ESCLARECIMENTO 14:**

*28- Qualidade das águas (p. 07) - As campanhas serão realizadas com periodicidade anual com intervalos de 12 meses, preferencialmente na mesma época e mês do ano, tomando como referência a data da realização da primeira campanha. Recomenda-se que ao menos inicialmente as campanhas sejam realizadas a cada 03 meses, em vista do fato intervalos de 12 meses é um intervalo demasiado longo, para efetuar ajustes nos processos, caso se faça necessário, e, ao longo do tempo, verificando-se a regularidade de resultados poderá ser estudada a redução da frequência de campanhas de monitoramento.*

**Resposta/Esclarecimentos:** A PETROBRAS informa que é inviável realizar o monitoramento na periodicidade solicitada.

Para melhor compreender tal inviabilidade, é necessário antes entender a dinâmica do projeto, a logística e o tempo envolvidos, bem como os critérios de qualidade adotados para o mesmo.

Atualmente, o Programa de Monitoramento Ambiental executado na Bacia de Santos é responsável por avaliar a qualidade do meio ambiente no entorno de 9 unidades de produção. As etapas de coleta das amostras no entorno das mesmas duram, em média, cerca de 35 dias de campo.

Com o início da produção dos empreendimentos previstos no licenciamento do Etapa 2 e Etapa 3, o número de empreendimentos que serão contemplados pelo PMA crescerá gradativamente, alcançando mais de 30 unidades de produção. Deste modo, e considerando os diversos escopos existentes, estima-se que apenas a etapa de campo dure em torno de 70 dias.

As análises laboratoriais iniciam-se assim que as amostras coletadas chegam ao laboratório, devendo terminar antes de expirada a validade das mesmas. Tendo em conta o enorme montante amostral, estimado em aproximadamente 531 amostras de água, o que tomará bastante tempo de análise, e considerando o maior prazo de validade das mesmas, de até 28 dias, tem-se que etapas de campo e laboratório durarão, juntas, cerca de 100 dias.

A etapa posterior compreende a avaliação crítica dos resultados, com a verificação dos laudos, dos resultados obtidos nas análises das amostras e nos controles de qualidade laboratoriais, e com a consequente inserção dos resultados

em banco de dados. Esta etapa, essencial para garantir a representatividade dos dados e a qualidade das análises a serem efetuadas pelo projeto, considera a avaliação dos resultados empreendimento por empreendimento, e começa a gerar resultados em 15 dias. O último empreendimento a ser verificado, entretanto, considerando-se a verificação de um empreendimento a cada 5 dias, prazo este já super otimizado, seria validado apenas 275 dias após o início da etapa.

Assim, e considerando que apenas após a avaliação crítica dos resultados a PETROBRAS tem dados que possam embasar de forma segura e confiável a análise da situação e possíveis tomadas de decisão, o mesmo só seria possível em 115 dias após a realização da campanha do primeiro empreendimento e em 230 dias, no caso do último empreendimento a ser monitorado.

Desta forma, além da inviabilidade logística de se recomençar as campanhas em apenas 20 dias após o término de uma etapa de campo com duração de 70 dias, visto a necessidade de planejamento em terra, incorporação de lições aprendidas na etapa anterior, organização e descontaminação de frascaria, etc., a própria tomada de decisão e planejamento de ações com base nos dados só seria possível em um período de tempo muito maior que a periodicidade proposta, estando, portanto, muito melhor adequadas a periodicidade inicialmente prevista, de campanhas anuais.

A PETROBRAS considera ainda que um aumento do esforço amostral, além de não trazer resultados práticos para melhora da qualidade do projeto, pode, inclusive, ter resultados exatamente contrários, na medida que um aumento substancial do esforço dificulta a aplicação das diversas medidas de controle de qualidade que resultaram da experiência da empresa com o desenvolvimento e execução de projetos de monitoramento ambiental.

Além disso, cabe esclarecer que o PMA não tem como objetivo ser um monitoramento de caráter operacional, dando respostas imediatas para nortear ajustes de processo na planta de produção. Neste sentido, o Projeto de Controle da Poluição (PCP), que monitora os efluentes antes do descarte dos mesmos na água do mar, é capaz de fornecer resultados de forma muito mais rápida e satisfatória, contemplando inclusive o enquadramento legal do efluente.

## **ESCLARECIMENTO 15:**

### **29- II.7.4.7.1 – Área de Abrangência**

(...)

*Considerando a vocação turística do LN paulista, e que sua área compreende 85% de área inserida em Unidade de Conservação; que existe probabilidade de toque na costa em torno de 17%; o erro padrão dos modelos oceanográficos; e que os anexos referentes ao tema não foram apresentados a este CBH, solicita-se que o monitoramento seja estendido e abranja também até o norte do Município de Ubatuba-SP.*

**Resposta/Esclarecimentos:** O item 29 deste ofício não menciona especificamente a qual projeto se refere, porém devido à menção dos municípios integrantes do escopo do Projeto de Monitoramento de Praias (PMP-BS), assumimos que o presente questionamento é sobre o Projeto de Monitoramento de Praias da Bacia de Santos, PMP-BS.

Esclarecemos que o município de Ubatuba/SP, assim como todos os outros municípios do Litoral Norte do Estado de São Paulo, está contemplado na área de abrangência do PMP-BS, visto que em atendimento ao Parecer Técnico 260/2014 de 17/06/2014, a extensão do monitoramento foi ampliada até o município de Saquarema/RJ. A seguir, é apresentada a transcrição do Parecer:

"Sendo assim, o entendimento da CGPEG, em acordo com os grupos de especialistas em biota marinha, é de que a área do Projeto de Monitoramento de Praias da Bacia de Santos deve ser ampliada, sem prejuízo dos prazos acordados e das tratativas em andamento, incluindo a costa do estado do Rio de Janeiro, a partir do município de Maricá, e todo o litoral centro e norte do estado de São Paulo, abrangendo todos os municípios até Praia Grande e a partir daí até Laguna, em Santa Catarina, conforme a proposta inicial."

Informamos ainda que a execução do PMP-BS foi dividida em duas fases, sendo a Fase 1 de Laguna/SC a Ubatuba/SP, cujas atividades de monitoramento foram iniciadas em 24/08/2016 e a Fase 2 de Paraty a Saquarema/RJ, cujas atividades foram iniciadas em 19/09/2016. Registra-se ainda que os relatórios anuais de ambas as fases estão disponíveis para consulta no site [www.comunicabaciadesantos.com.br](http://www.comunicabaciadesantos.com.br).

**ESCLARECIMENTO 16:**

*30- II.7.8.2.1.2 - Programa de Educação Ambiental de São Paulo- PEA-SP.*

*Não foram propostas ações de EA efetivas, pois estas estão atreladas a um diagnóstico entregue ao IBAMA, ao qual este colegiado não teve acesso, prejudicando, portanto, a discussão sobre este tema, cujo interesse é de suma importância no âmbito do CBH-LN.*

*Deste modo, apresentamos desde já a solicitação para que futuramente este diagnóstico possa ser compartilhado, para que a Câmara Técnica de Educação Ambiental do CBH-LN possa apreciá-lo.*

**Resposta/Esclarecimentos:** Os Relatórios Finais de todos os Diagnósticos Participativos realizados no âmbito dos três Programas Regionais de Educação Ambiental do Ibama (PEA SUL, PEA SP e PEA RIO) que compreendem a área de abrangência da Bacia de Santos estão disponíveis para consulta da sociedade no site do Programa de Comunicação Social Regional da Bacia de Santos no seguinte endereço: <https://www.comunicabaciadesantos.com.br/programa-ambiental/programa-de-educacao-ambiental-pea.html>.

**ESCLARECIMENTO 17:**

*30- Este CBH-LN solicita apresentação, em audiência pública de tabela contendo a lista dos condicionantes exigidos pelo órgão licenciador, na forma de ações e medidas mitigadoras da que foram realizadas, em andamento e a serem realizadas, de tal forma que as instituições da região tenham conhecimento da atual situação em termos quantitativos e qualitativos, para uma averiguação mais acurada dos programas obrigatórios, previstos no âmbito do licenciamento Fase 1. Por meio desta atualização, será possível apreciar o "estado da arte" da execução dos condicionantes, e sugerir melhorias, principalmente em termos de impactos socioambientais.*

**Resposta/Esclarecimentos:** Esta mesma solicitação foi feita pelo IBAMA, e a tabela apresentada como resposta ao questionamento do órgão ambiental é apresentada no Anexo 1 desta resposta.

### **ESCLARECIMENTO 18:**

#### *30- Justificativa*

*Em relação ao assunto destacado acima, ao longo dos anos, em particular a partir da implantação da unidade de tratamento de gás Monteiro Lobato (UTGCA), a região do LN foi contemplada com Projetos de Educação Ambiental (PEA), exigidos nos vários projetos licenciados na região do Litoral Norte Paulista. Infelizmente, temos observado que estes projetos são falhos, em termos de objetivos, metas, abrangência, abordagem, deixando, portanto, de cumprir efetivamente os seus propósitos.*

**Resposta/Esclarecimentos:** Os projetos de educação ambiental demandados no âmbito do licenciamento ambiental federal são cumpridos à risca, atendendo as determinações do IBAMA. Para melhor orientação no que respeita a proposição, planejamento e execução desses projetos foram emitidas duas normas legais, a saber, Notas Técnicas CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 01/2010 e Nº 02/2010 (complementar) e Instrução Normativa IBAMA nº 02/2012.

### **ESCLARECIMENTO 19:**

*Outra constatação é que os projetos envolvem objetivos e ações muito superficiais, e utilizam de abordagens de questões ambientais genéricas, ou então, abordam questões que não dizem respeito aos problemas e desafios locais, contribuindo pouco com as populações locais.*

**Resposta/Esclarecimentos:** Os objetivos e atividades que constam nos planos de trabalho dos projetos propostos pela Petrobras para o Ibama tem a aprovação do órgão ambiental que é quem faz a gestão dos programas regionais. Por se tratar de projetos que desenvolvem a vertente crítica da educação ambiental, não é possível traçar questões muito objetivas uma vez que estas questões devem ser colocadas pelas comunidades participantes que resultem de uma visão crítica

da realidade e os caminhos devem ser construídos a partir da capacidade e interesse destas. É necessário que se tenha clareza de que este é um processo de longo prazo e de lento desenvolvimento, porque de fato se pretende que as comunidades sejam as protagonistas na construção da sua história.

#### **ESCLARECIMENTO 20:**

*Uma possível razão para isto é que os empreendedores recorrentemente lançam mão da contratação de serviços de organizações ou instituições para o planejamento e aplicação dos PEA, as quais não possuem sede, ou experiência prévia de atuação na região do Litoral Norte Paulista.*

**Resposta/Esclarecimentos:** No caso do PEA que é desenvolvido com pescadores artesanais que engloba a região do Litoral Norte isso não aconteceu, apesar da empresa contratada para executar o PEA Costa Verde ser de São Paulo capital, quase a totalidade dos integrantes da equipe executora, a primeira Orientadora Pedagógica e os agentes sociais foram selecionados em função de terem atividades desenvolvidas em projetos socioambientais no território, na maioria das vezes com comunidades tradicionais. No caso dos agentes sociais todos são oriundos das comunidades tradicionais da região. A empresa tem sede em Caraguatatuba e em Angra dos Reis.

#### **ESCLARECIMENTO 21:**

*Este colegiado faz questão de destacar que a Educação Ambiental é uma atividade extremamente valorizada no âmbito do CBH-LN, o qual conta com uma Câmara Técnica de Educação Ambiental (CTEA) reunindo técnicos e especialistas em Educação Ambiental, com grande experiência na elaboração e execução de projetos desta natureza. Neste contexto, destaca-se como instrumento de gestão o Plano de Bacias Hidrográficas, que é um instrumento da Política Estadual de Recursos Hídricos, instituída pela Lei nº 7.663/1991, e da Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei Federal nº 9.433/1997.*

*O Plano de Bacias Hidrográficas do LN possui como particularidade o fato que além do trabalho técnico elaborado pelas Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho*



*internos, ele teve uma fase de discussão participativa junto às comunidades de diversas regiões das bacias que compõem o Litoral Norte Paulista. Durante estas consultas foram coletadas e compiladas várias demandas, algumas das quais endereçadas para comunidades específicas, conforme os mapas que as acompanham.*

*O Plano de Bacias Hidrográficas do LN e o Relatório de Situação de Recursos Hídricos do LN estão ambos disponíveis para download no sítio do SIGRHI (<http://www.sigrh.sp.gov.br/>).*

*No âmbito do Plano de Bacias (ou Plano de Gestão de Recursos Hídricos), do Litoral Norte, os objetivos, metas e ações são sistematizados no Plano Plurianual de ações (<http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/documents/CBH-LN/12494/plano-de-acao-2016-2019-cbh-ln.pdf>). Dentre as ações, destacamos ao longo desta manifestação algumas que entendemos possuir relação com aspectos e impactos do empreendimento em análise.*

*O objetivo é proporcionar ao IBAMA, bem como o empreendedor, uma indicação de ações entendidas como prioritárias, e estabelecida através do esforço de reflexão coletiva organizado pelo CBH-LN. Portanto, entendemos que se o empreendedor se apropriar dos objetivos, metas e ações previstos nestas fichas quando do desenvolvimento do PEA deste empreendimento, o mesmo estará agregando ao seu próprio plano a legitimidade e o reconhecimento público de que goza o Plano de Bacia do Litoral Norte.*

#### *Recomendações e sugestões:*

*Em vista do exposto na seção anterior, o CBH-LN sugere ao IBAMA, que adote como condicionantes para aprovação o PEA do empreendimento em questão as seguintes recomendações:*

*a) Que o empreendedor, ou quem ele contratar para elaborar e executar o PEA, realize consulta prévia à CTEA, para delineamento dos objetivos, metas, ações, temas, públicos-alvo deste instrumento.*

**Resposta/Esclarecimentos:** Apesar de essa ser uma recomendação para o órgão ambiental a Petrobras vem esclarecer que o PEA Costa Verde é desenvolvido única e exclusivamente com pescadores artesanais e que sua construção é feita a partir das decisões tomadas por cada comunidade e que tem



como pano de fundo o fortalecimento das mesmas para que consigam a permanência em seus territórios e a manutenção da cultura e modo de vida tradicional.

#### **ESCLARECIMENTO 22:**

*b) Que conste na documentação anexa ao PEA a correspondente manifestação técnica da CTEA Câmara Técnica de Educação Ambiental (CTEA) contendo as recomendações.*

**Resposta/Esclarecimentos:** A Petrobras afirma que, independente de solicitação do Ibama esta documentação será usada como fonte de consulta permanente no âmbito do PEA por considerar que pode contribuir para o bom andamento do projeto.

#### **ESCLARECIMENTO 23:**

*c) Que o PEA apresente sistemática de coleta de dados e indicadores que demonstrem de forma clara os impactos e os resultados obtidos pela execução do PEA, a fim de se evitar quem os mesmos se configurem em campanhas e ações de difusão de informações.*

**Resposta/Esclarecimentos:** O projeto tem estabelecida uma sistemática de monitoramento e avaliação baseado em indicadores e conta com reuniões trimestrais específicas para estas questões entre a equipe Petrobras e equipe executora da Consultoria contratada. Paralelo a isso o Ibama desenvolveu um sistema de indicadores de avaliação e monitoramento junto a PUC-Rio que em breve será de aplicação obrigatória em todos os projetos de EA do licenciamento federal.

#### **ESCLARECIMENTO 24:**

*d) Que o PEA priorize como públicos-alvo o atendimento de grupos socialmente mais vulneráveis, afetados pelos Empreendimentos no âmbito do*

*Litoral Norte, uma vez que estes serão, provavelmente, os que mais sofrerão com os impactos gerados pelo empreendimento na região.*

**Resposta/Esclarecimentos:** Como já informado o PEA Costa Verde, que é desenvolvido entre Mangaratiba RJ e São Sebastião SP, tem como público prioritário o pescador artesanal. Este público foi definido pelo Ibama como o grupo vulnerável a ser trabalhado neste projeto, sendo assim esta reivindicação do CBH-LN já está sendo atendida.

#### **ESCLARECIMENTO 25:**

*e) Que o empreendedor, ao contratar serviços de organizações ou profissionais técnicos em Educação Ambiental, estabeleça como critério de seleção a preferência para a contratação organizações e técnicos locais do Litoral Norte Paulista (para projetos direcionados a esta região), já que estes gozam da vantagem de possuir um conhecimento maior e mais profundo da situação dos municípios e que vivem e atuam profissionalmente.*

**Resposta/Esclarecimentos:** A Petrobras informa que esta é uma discussão que já vem sendo tratada há tempos com o Ibama, todos entendem que esta é uma reivindicação pertinente, porém, a Petrobras é uma empresa legalista e por isso é obrigada a obedecer regras licitatórias que não permitem qualquer tipo de indução nas especificações técnicas de contratos. Esta situação tende a se agravar com o advento da nova lei 13.303, de 30.06.16 que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

#### **ESCLARECIMENTO 26:**

*34- Como exemplo temos o cenário desenvolvido para a avaliação do risco de ocorrência de um grave acidente com uma plataforma ou navio FPSO. Embora o empreendedor considere ser baixa a probabilidade, o fato de se ter, como foi declarado no EIA/RIMA, uma embarcação destas sofrendo um acidente e afundando em uma área cuja lâmina d'água varia entre 1.500 m e 2.500m, nos faz questionar o que isto de fato implicaria, visto que no nosso entendimento não existe*

*tecnologia capaz de impedir que carga de óleo bruto deixe de vaziar, fazendo com que as consequências de um evento deste perdure, talvez, por muitos anos.*

**Resposta/Esclarecimentos:** A Petrobras reafirma que a frequência de ocorrência de derramamentos de maior porte é extremamente baixa. Esta afirmação se sustenta nos diversos bancos de dados de ocorrência de derramamentos, inclusive aqueles adotados pela Petrobras, e pela indústria como um todo, no processo de licenciamento ambiental, com validação nacional e internacional.

Com relação às possíveis consequências de eventuais derramamentos de óleo originados nas atividades da Petrobras, todos os planos de emergência da companhia apresentam relatórios de modelagem do comportamento do óleo derramado e a análise de vulnerabilidade ambiental, na qual se correlacionam as probabilidades de chegada de óleo com a sensibilidade ambiental dos ambientes, das atividades socioeconômicas e dos grupos faunísticos.

A Petrobras discorda da afirmação de que não existem tecnologias que interrompam vazamentos. De fato, a Petrobras possui equipes e recursos para atuar nas ações de interrupção de descarga para todos os seus cenários acidentais. No caso de acidentes náuticos, a Petrobras conta com equipes de engenharia naval e contratos de *salvage* (salvamento) com empresas de referência no mercado mundial. No caso de *blowouts* (perda de controle de poço), a Petrobras conta com planejamento prévio de poços de alívio, sondas contratadas, equipes especializadas e, como destaque, a associação à OSRL (*Oil Spill Response Limited*), que detém a posse de sistemas de controle emergencial de poços posicionados de forma estratégica ao redor do globo, sendo que um destes sistemas fica posicionado no Brasil, dada a importância estratégica deste polo petrolífero.

#### **ESCLARECIMENTO 27:**

*35- Além das sugestões e recomendações apresentadas anteriormente neste documento, temos a acrescentar:*

*Fortalecimento do P2R2-LN, por meio de propostas de auxílio na elaboração de um Plano para a região envolvendo a instalação de uma base operacional,*

*capacitação e aquisição de materiais e equipamentos das instituições envolvidas e instalação de uma rede de comunicação para enfrentamento a emergências.*

**Resposta/Esclarecimentos:** Esta sugestão/recomendação apresentada pela CBH LN já foi realizada no âmbito do processo de licenciamento do Etapa 2 do Pré Sal e respondida pela Petrobras quando foi questionada pelo órgão ambiental por meio do Parecer Técnico 260/2014 de 17 de junho de 2014. A Petrobras informa que mantém a mesma posição da época e reproduz aqui a resposta encaminhada ao Ibama:

"...Quanto ao P2R2, a Petrobras informa que participa de fóruns desta natureza, apoiando tecnicamente as discussões, por meio da participação de seus especialistas, sendo a Comissão Regional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos – Litoral Norte, denominada P2R2/LN-SP um destes fóruns". As propostas de auxílio na elaboração de tal plano podem ser obtidas juntos aos especialistas que participam destes fóruns.

#### **ESCLARECIMENTO 28:**

*36- Elaboração de um Plano de Segurança dos Recursos Hídricos que possam vir a ser afetados por acidentes relacionados a petróleo e gás, especificamente ações de prevenção nas rodovias que cortam os rios e atendimento a situações de acidentes.*

**Resposta/Esclarecimentos:** Tanto a Transpetro como a BR Distribuidora, empresas subsidiárias que não fazem parte desse licenciamento, possuem seus planos de emergência que consideram ações de prevenção e atendimento a situações de acidentes e que devem ser aproveitados pelo CBH LN para desenvolver seu próprio Plano de Segurança.

#### **ESCLARECIMENTO 29:**

*37- • Avaliação de Pontos Críticos do sistema de abastecimento de água do Porto de São Sebastião e Terminal da Petrobrás destinado a abastecerem os navios de apoio ao empreendimento. Avaliação da capacidade de suporte do Porto*

*de São Sebastião em receber os resíduos sólidos gerados pelo empreendimento, armazenamento e condições de transporte para usina de tratamento (que não foi definido em EIA por envolver processo licitatório);*

**Resposta/Esclarecimentos:** O Terminal da Petrobras e o Porto de São Sebastião não abastecerão as embarcações de apoio do empreendimento em licenciamento, porque estas embarcações utilizarão os portos da Baía de Guanabara, como apresentado no EIA.

O mesmo acontece quanto à destinação de resíduos, o porto prioritário para receber resíduos de todos os empreendimentos do Pré Sal é o Porto do Rio de Janeiro e o mesmo está previsto para o Etapa 3.

### **ESCLARECIMENTO 30:**

*38- • Avaliação das condições do Aeroporto de Ubatuba e áreas adjacentes em termos de condições sanitárias, ambientais e logísticas para atender ao empreendimento em caso de necessidade (abastecimento de água, resíduos sólidos, malhas viárias).*

**Resposta/Esclarecimentos:** O aeroporto de Ubatuba não será utilizado como base de apoio aéreo do Projeto Etapa 3. Ele, como qualquer outro aeroporto, pode ser utilizado pontualmente em caso de emergência. Os empreendimentos do Pré Sal não apresentam histórico de utilização deste aeroporto, por isso não há necessidade de se fazer levantamento de dados do aeroporto em pauta.

### **ESCLARECIMENTO 31:**

*39- • Definir indicadores que possam avaliar os impactos socioeconômicos previstos no EIA, conforme proposto neste documento.*

**Resposta/Esclarecimentos:** O Ibama já demandou como condicionante do licenciamento de outros empreendimentos, inclusive Etapa 1 e 2 do Pré Sal para a Petrobras o Projeto de Monitoramento Socioeconômico que é baseado num sistema de indicadores que vai servir de base para subsidiar futuros diagnósticos

socioambientais no decorrer dos processos de licenciamento ambiental na Bacia de Santos, pois deverá ser capaz de agregar significado às estatísticas sociais, servindo como um instrumento de leitura das mudanças significativas na dinâmica da área em estudo, a partir de diferentes temas a serem estudados e relacionados às atividades de E&P da UO-BS.

### **ESCLARECIMENTO 32:**

*40- Apresentar projeto de Comunicação Social claro e objetivo, visando especialmente à prestação de contas à sociedade no que se refere aos impactos e ações mitigadoras e compensatórias.*

**Resposta/Esclarecimentos:** A Petrobras desenvolve um Projeto de Comunicação Social que faz parte de um Programa Regional para a Bacia de Santos, exigido pelo órgão ambiental como condicionante de licença de todos os empreendimentos da Petrobras nesta bacia. O PCSR BS como é conhecido disponibiliza um claro e objetivo canal de comunicação que é o sítio comunicabaciadesantos.com.br que apresenta detalhes de todos os empreendimentos que pertencem a este contexto, muito mais do que os impactos e as respectivas medidas. Essa é apenas uma das ferramentas deste projeto, outras fontes de consulta são os Boletins Informativos, o e-mail comunica.uobs@petrobras.com.br e o canal Fale com a Petrobras 0800 77 00 112. Além desses canais a Petrobras desenvolve o Rede Comunidades que são eventos anuais abertos à sociedade de modo geral de cada município da Área de Influência dos empreendimentos da Petrobras na Bacia de Santos.

### **ESCLARECIMENTO 33:**

*41- Apresentar Projeto de Educação Ambiental face o diagnóstico já efetuado com propostas de indicadores de monitoramento e avaliação, além de estratégias claras e objetivas de controle social da sua implantação aprovado por entidades locais, C131—11-LN e Conselhos. Que este PEA seja desenvolvido e implantado por instituições locais, já que estas conhecem a situação dos municípios abrangidos, e que seja diretamente direcionado aos grupos sociais mais*

*vulneráveis (comunidades tradicionais, pescadores artesanais, remanescentes quilombolas dentre outros)*

**Resposta/Esclarecimentos:** A Petrobras já desenvolve por meio de consultoria contratada (Mineral Engenharia e Meio Ambiente) o Projeto de Educação Ambiental da Costa Verde que é executado com comunidades que apresentam a pesca artesanal como atividade (pescadores artesanais, caiçara e quilombolas) desde o município de Paraty RJ ao de São Sebastião SP. O PEA CV utiliza um sistema de indicadores de monitoramento e avaliação e realiza encontros trimestrais com o órgão licenciador, representantes das comunidades envolvidas, Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba e com o Observatório dos Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina.

A Educação Ambiental Crítica desenvolvida neste projeto é exigida pelo Ibama e baseada nos princípios da Educação Popular de Paulo Freire. Esta metodologia prima pela autonomia do indivíduo como protagonista de sua história e por isso não caberia qualquer aprovação por qualquer instituição.

A Petrobras é uma empresa estatal e legalista o que impede qualquer nível de direcionamento na contratação de empresas, sendo isso considerado crime. A nova legislação LEI Nº 13.303, de 30 de junho de 2016, inviabiliza ainda mais essa possibilidade.

#### **ESCLARECIMENTO 34:**

*42- Constituir comissão de acompanhamento das atividades do empreendimento, composto pelos Coletivos do LN (CBH-LN, UCs, especialmente a APA Marinha, Agenda 21 do LN, Comdial e outros).*

**Resposta/Esclarecimentos:** A Petrobras entende que esta iniciativa deveria ser implementada pela sociedade civil, podendo ser liderada pelo próprio CBH LN. A Petrobras se coloca à disposição desde já para participar sempre que houver necessidade de esclarecimentos sobre os seus empreendimentos e medidas mitigadoras ou compensadoras de impactos. Vale lembrar que a Petrobras vem tentando manter o diálogo no Litoral Norte desde 2008 com a implementação do

Comdial, e nunca se absteve em fornecer informações sobre as atividades dos seus empreendimentos para os atores da região.

### **ESCLARECIMENTO 35:**

*43- Investir em Projeto Socioambiental, com enfoque na proteção dos recursos hídricos nas áreas com atividades rurais e com ocupação irregular, principalmente nas áreas de influência direta da malha rodoviária.*

**Resposta/Esclarecimentos:** O empreendimento Etapa 3 não aumenta a movimentação rodoviária na região do Litoral Norte e por isso a Petrobras entende que esta reivindicação não é aplicável a este processo de licenciamento ambiental.

### **ESCLARECIMENTO 36:**

*44- Estabelecer ao empreendedor a obrigatoriedade de realizar um amplo estudo da capacidade física e de pessoal dos órgãos públicos ambientais, de saúde, de segurança e atendimento a acidentes tecnológicos e ambientais, tais como IBAMA, ICMBi0, INEA, CETESB, MMA, Secretarias de Estado de Meio Ambiente e Secretarias Municipais de Meio Ambientais, entre outros, ao invés de simplesmente relacionar os órgãos existentes no âmbito da área de influência do empreendimento;*

**Resposta/Esclarecimentos:** A Petrobras entende que esta é uma demanda não aplicável a este processo de licenciamento ambiental, cabendo a mesma aos órgãos públicos de planejamento das diferentes esferas.

### **ESCLARECIMENTO 37:**

*45- Estudar a demanda por serviços e corpo técnico dos órgãos ambientais municipais, estaduais e federais, visando conferir aos três entes da união recursos humanos, materiais e financeiros para a efetiva fiscalização e controle das atividades diretas e indiretamente associadas ao empreendimento.*

**Resposta/Esclarecimentos:** Qualquer tipo de contribuição aos órgãos responsáveis pela fiscalização do empreendimento em questão ou qualquer outro,



pode ser considerado como forma de influenciar a tomada de decisão destes órgãos no que tange à fiscalização de nossas atividades. Portanto, a Petrobras, primando pela lisura deste processo, repudia qualquer iniciativa nesse sentido.

#### **ESCLARECIMENTO 38:**

*46- Desenvolver em conjunto com os órgãos ambientais do LN um Plano de Monitoramento aéreo e terrestre para o desenvolvimento de política preventiva de controle das ocupações irregulares*

**Resposta/Esclarecimentos:** A Petrobras coloca-se à disposição para colaborar com esta proposição, no que concerne na contribuição técnica para a elaboração deste plano, desde que os órgãos competentes do LN se organizem e convidem a empresa para esta atividade.

#### **ESCLARECIMENTO 39:**

*47- Estabelecer um sistema democrático e participativo de monitoramento de gestão e de qualidade das compensações ambientais, econômicas e sociais, com instrumentos para verificação e acompanhamento das prestações de contas, no tocante ao atendimento dos objetivos, metas e prazos previstos nos planos aprovados no âmbito do processo de licenciamento.*

**Resposta/Esclarecimentos:** Este questionamento foi respondido quando se abordou o assunto "comissão de acompanhamento das atividades do empreendimento".

#### **ESCLARECIMENTO 40:**

*48- Estudar forma de constituir uma comissão ou órgão colegiado paritário entre representantes dos Poderes Públicos, do Empreendedor e da Sociedade Civil Organizada, com poderemos deliberativos, com representantes do Poder Público nas três esferas da União, e da sociedade civil organizada, para fins de acompanhamento das atividades relativas às compensações e mitigações socioambientais.*


**Resposta/Esclarecimentos:** Este questionamento foi respondido quando se abordou o assunto "comissão de acompanhamento das atividades do empreendimento".

**ESCLARECIMENTO 41:**

*49- Patrocinar a criação de um programa regional de criação de identidade territorial de conservação socioambiental, com base conservacionista-DTBC, com ênfase nas comunidades tradicionais inseridas em Unidades de Conservação e seus entornos, destacando e replicando as experiências exitosas do LN em termos de manejos agroflorestais e de maricultura, turismo de base comunitária, dentre outras atividades de economia criativa.*

**Resposta/Esclarecimentos:** Esta demanda compete à área de Responsabilidade Social da empresa, que é a responsável pelos patrocínios que a Petrobras realiza. De qualquer forma seria necessário o CBH LN escrever um projeto para que fosse analisado no âmbito do Programa Petrobras Socioambiental (<http://sites.petrobras.com.br/socioambiental/selecoes-publicas/selecao-2018/>).

**III – RESPONSÁVEIS TÉCNICOS**

Profissional	Marcos Vinicius de Mello
Registro no Conselho de Classe	CRBIO: 023247/01-D
Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental	IBAMA: 4948486
Assinatura	 Marcos Vinicius de Mello Gerente de Meio Ambiente Matricula 595.808-9 UO-BS/SMS/MA